



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE GARARU

CONTRATO Nº 10/2013

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE
ASSESSORIA TÉCNICA, QUE ENTRE SI
CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE GARARU
E A SRA. EDINA NUNES DOS SANTOS, NA
FORMA ABAIXO ADUZIDA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE GARARU, DO ESTADO DE SERGIPE, com sede na Praça Marechal Deodoro, s/n – Centro, Gararu/SE, CEP: 49.830-000, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº. 01.751.728/0001 – 18, neste ato representado pelo Presidente Sr. **JOSÉ NILTON GOMES DOS SANTOS**, brasileiro, maior, capaz, residente e domiciliado Praça da Igreja, s/n, Pov. Palestina, Gararu/SE, portador da Cédula de Identidade nº. RG Nº 788.930 SSP/SE, expedida pela SSP/SE, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 450.307.585 – 34, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a Sra. **EDINA NUNES DOS SANTOS**, brasileira, solteira, maior, capaz, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº. 966.980.125 – 72, RG Nº 1.370.378 SSP/SE, com endereço na Avenida São João, nº 300 – Centro, ITABI/SE, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, e de acordo com as formalidades constantes no Processo de Dispensa de Licitação nº **04/2013**, resolvem celebrar o presente contrato, com fundamento legal na Lei Federal nº. **8.666**, de 21 de junho de 1993 (com alterações posteriores), e demais normas aplicáveis à espécie, ao qual as partes sujeitam-se a cumprir, mediante as seguintes e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA : DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a contratação dos serviços de Assessoria Técnica, para desenvolver as atividades de Pregoeira, na realização de um Pregão Presencial a esta Câmara Municipal, em conformidade com o descrito no ANEXO I, (constantes na dispensa de licitação nº 04/2013) e na Proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA : DO VALOR

2.1. O **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pelos serviços ora contratados, o valor total estimado de R\$ 1.000,00 (hum mil reais);

2.2. As mencionadas quantias são apenas estimativas de gastos, não podendo ser exigidas, nem consideradas como valores para pagamentos mínimos. Tais estimativas poderão sofrer acréscimos ou supressões sem que isto justifique motivo para qualquer indenização à **CONTRATADA** durante o prazo de vigência deste Contrato;

CLÁUSULA TERCEIRA : DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta do Orçamento vigente da Câmara Municipal de Gararu para o exercício de 2013, obedecendo à seguinte classificação:

1 – Câmara Municipal de Gararu

2001 – Manutenção da Câmara

3390.36.99.36.06 – Demais Serviços de Terceiros – Pessoa Física (Serviços Técnicos Profissionais)

Fonte de Recurso: 0193.000.

CLÁUSULA QUARTA : DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTES

4.1. O presente Contrato passará a vigorar a partir de sua assinatura, até 60 dias após, podendo ser prorrogado, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações.

4.2. Os preços objeto do Contrato permanecerão fixos e irredutíveis durante a vigência do mesmo;

4.3. Havendo qualquer fato devidamente comprovado e alheio à vontade das partes, que altere o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, o mesmo poderá ser revisto e restabelecido em



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE GARARU

igual proporção, mediante requerimento da parte interessada, mantida a mesma margem de lucro inicial da proposta.

CLÁUSULA QUINTA : DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. A CONTRATADA deverá apresentar, após a execução do objeto desta licitação, mediante entrega para protocolização no Setor de Protocolo do CONTRATANTE, a nota fiscal, emitida para fins de liquidação e pagamento, acompanhada dos seguintes documentos:

5.1.1. Certidão Negativa de Débitos junto à Fazenda Federal, do domicílio sede da CONTRATADA;

5.2. O pagamento será efetuado pelo CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da data de protocolização da nota fiscal e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem.

5.2.1. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

5.2.2. Atestação pelo CONTRATANTE, com relação ao cumprimento do objeto deste contrato, das notas fiscais emitidas pela CONTRATADA;

5.2.3. Na hipótese de estarem os documentos discriminados no subitem 5.1.2. com a validade expirada, o pagamento ficará retido até a apresentação de novos documentos, dentro do prazo de validade, não cabendo ao CONTRATANTE nenhuma responsabilidade sobre o atraso no pagamento;

5.3. O CONTRATANTE pode deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA;

CLÁUSULA SÉXTA : DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. Executar, mediante Autorização do Setor Competente, a prestação dos serviços especificadas na clausula primeira do presente contrato;

6.2. Executar fielmente o contrato, de acordo com as clausulas avençadas e fornecer todos os meios necessários à perfeita execução dos serviços;

6.3. Fornecer a mão de obra, bem como utilizar seus equipamentos, necessários à perfeita execução dos serviços;

6.4. Executar diretamente o objeto deste Contrato, conforme o estabelecido nesta dispensa de licitação, sem transferência de responsabilidade ou subcontratações;

6.5. Executar os serviços de acordo com as normas e especificações técnicas relativas aos serviços e as contidas na especificação da Dispensa de licitação;

6.6. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Câmara, quanto aos serviços realizados, bem como prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela fiscalização da Câmara, cujas reclamações se obriga a atender prontamente;

6.7. Informar representante designado, ou seu preposto, a quem a Fiscalização do Contrato possa recorrer, a qualquer tempo, com a missão de garantir o bom andamento dos serviços e a correção de faltas eventualmente detectadas.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1. Expedir, sempre que necessárias autorizações de prestação de serviços à CONTRATADA;

7.2. Fornecer as informações e materiais necessários à execução dos serviços;

7.3. Fiscalizar a execução do objeto deste Contrato, objetivando a qualidade desejada;

7.4. Dar ciência à CONTRATADA imediatamente sobre qualquer anormalidade que verificar na execução do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento;

7.5. Proceder à conferência das Notas Fiscais, atestando no corpo das mesmas, a referida prestação dos serviços;

7.6. Efetuar pagamento a CONTRATADA de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidas neste Contrato;



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE GARARU

7.7. Arcar com as despesas de locomoção, alimentação e outras necessárias para que a contratada execute os serviços de forma satisfatória.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES CONTRATUAIS

8.1. Aquele que, dentro do prazo de validade de sua proposta, negar-se a assinar contrato ou não retirar a nota de empenho, deixar de entregar a documentação exigida no certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fazer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com os órgãos públicos da esfera Federal, Estadual e Municipal, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste contrato e das demais cominações legais;

8.2. Pelo atraso injustificado, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

a) Multa de 0,5 (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso, até o máximo de 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, em decorrência de atraso injustificado na execução dos serviços;

b) Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, no caso de inexecução total ou parcial do mesmo.

8.3. As multas estabelecidas serão entendidas como independentes, podendo ser cumulativas, sendo descontadas dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE ou da garantia prestada ou ainda cobradas judicialmente;

8.4. Se a CONTRATADA não recolher o valor da multa compensatória que porventura for aplicada, dentro de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da intimação, serão então acrescidos os juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês;

8.5. O não comparecimento injustificado para assinar o contrato ou retirar a nota de empenho dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação escrita, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida com a proposta, sujeitando-se a licitante faltosa ao pagamento de uma multa equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor total do respectivo instrumento, sem prejuízo das demais sanções legais previstas nesta cláusula e na legislação pertinente;

8.6. Quando a CONTRATADA motivar rescisão contratual, será responsável pelas perdas e danos decorrentes para o CONTRATANTE;

8.7. Aplicam-se nos casos omissos as normas da Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA: DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

9.1. A execução das obrigações contratuais integrantes deste Contrato, será acompanhada e fiscalizada pelo Setor competente, do CONTRATANTE, com autoridade para exercer, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral;

9.2. O Setor competente verificará a conformidade da prestação de serviços através de Autorizações.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA RESCISÃO CONTRATUAL

10.1. A inexecução total ou parcial deste contrato, ensejará a sua rescisão, conforme disposto nos artigos 77 a 80, da Lei nº 8.666/93.

10.2. A rescisão deste contrato pode ser:

I – Determinada, por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78 da citada lei;

II - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no respectivo processo administrativo, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

III - Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

10.3. A rescisão administrativa ou amigável deve ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente;



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE GARARU

10.4. Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA VINCULAÇÃO A DISPENSA DE LICITAÇÃO E À PROPOSTA

11.1. O presente Contrato vincula-se aos termos:

11.1.1 Da Lei 8.666/93, e as normas da Dispensa de Licitação nº 04/2013 e seus Anexos;

13.1.2. Da proposta da CONTRATADA, os quais se constituem em parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

12.1. O CONTRATADO não terá qualquer vínculo empregatício com o CONTRATANTE, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obriga a saldar na época devida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

13.1. O presente Contrato poderá ser alterado conforme estabelece o art. 65, da Lei nº 8.666/93, com alterações posteriores, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas;

13.2. O objeto do Contrato poderá sofrer acréscimos ou supressões, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do artigo 65, §§ 1 e 2º, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Quaisquer comunicações e/ou notificações relativas a este Contrato serão consideradas como recebidas pelo destinatário, para todos os efeitos legais, quando remetidas para os endereços deste instrumento;

14.2. O cancelamento de endereços para correspondência somente será válido quando outro seja indicado, o qual poderá ser utilizado com a mesma finalidade supra.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

15.1. Para dirimir as questões decorrentes do presente Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, fica eleito o foro da Cidade de Gararu, Comarca de Gararu, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

15.2. E por estarem as partes, justas, combinadas e contratadas, firmam o presente instrumento contratual em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de testemunhas abaixo, para que surtam todos os efeitos legais.

Gararu(SE), 03 de dezembro de 2013.

JOSÉ NILTON GOMES DOS SANTOS
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CONTRATANTE

EDINA NUNES DOS SANTOS
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Assinatura
Assinatura

CPF n.º 02944706543

CPF n.º 04854453524



ESTADO DE SERGIPE
CÂMARA MUNICIPAL DE GARARU

EDITAL DE PUBLICAÇÃO
CONTRATO Nº10/2013
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº04/2013

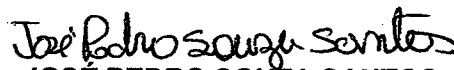
A CÂMARA MUNICIPAL DE GARARU/SE, doravante denominada CONTRATANTE, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ Nº 01.751.728/0001 – 18, com sede a Praça Marechal Deodoro, s/n – Centro, Gararu/SE, neste ato representado pelo seu titular, o Presidente da Câmara Municipal, SR. JOSÉ NILTON GOMES DOS SANTOS, torna público que firmou CONTRATO com a Sra. EDINA NUNES DOS SANTOS, brasileira, maior, capaz, portador do CPF Nº 966.980.125 – 72, RG Nº 1.370.378 SSP/SE, e tem como objetivo a contratação dos serviços de Assessoria Técnica, para desenvolver as atividades de Pregoeira, na realização de um Pregão Presencial a esta Câmara Municipal, em conformidade com o descrito no ANEXO I e na Proposta da CONTRATADA, importando o valor total em R\$ 1.000,00 (hum mil reais), no período estimado de 60 dias, após assinatura do contrato, sendo pago com a seguinte dotação orçamentária: Unidades Orçamentárias: 1 – Câmara Municipal de Gararu, 2001 – Manutenção da Câmara, 3390.36.99.36.06 – Demais Serviços de Terceiros – Pessoa Física (Serviços Técnicos Profissionais), Fonte de Recurso: 0193.000, conforme Parecer Jurídico nº 04/2013. O presente Edital deverá ser afixado no local costumeiro, para conhecimento dos interessados, conforme estabelecido no Art. 13, inciso XII, da Constituição Estadual.

Gararu/SE, 03 de dezembro de 2013.


JOSÉ NILTON GOMES DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal

CERTIDÃO

Certifico que o EDITAL acima foi afixado no quadro de avisos da Câmara Municipal, para conhecimento dos interessados.
Gararu/SE, 03 de dezembro de 2013.


JOSÉ PEDRO SOUZA SANTOS
Presidente da CPL